

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

LICENCIAMENTO

O Licenciamento de veículos com placas final 8 deve ser pago até o dia 31 de agosto. A taxa pode ser emitida pelo site do Detran-MT (www.detran.mt.gov.br), na opção “Consulte Seu Veículo”, ou pelo aplicativo MT Cidadão. Após efetuar o pagamento, o CRLV-e pode ser emitido em formato digital ou impresso em papel comum.

ATENÇÃO AO PRAZO

Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, na condução do veículo o motorista precisa portar o licenciamento do ano corrente para não incorrer em multa de R\$ 293,47, além de 7 pontos na CNH. O calendário de pagamento segue para a placa final 9 (até o dia 30 de setembro), e encerra dia 31 de outubro, com a placa final 0.

RODOANEL

As obras de implantação do Rodoanel de Cuiabá e Várzea Grande estão com 44% de execução. O Governo de Mato Grosso já concluiu cinco estruturas, entre pontes e viadutos, que fazem parte do projeto. Mais dois viadutos continuam com as obras em andamento, além da construção das pistas.

ARTIGO//

Advocacia, liberdade e Estado Democrático de Direito

O mês de agosto, celebrado como o Mês da Advocacia, reforça a indispensabilidade da profissão para o sistema de Justiça brasileiro. Essa premissa, assegurada pela Constituição Federal de 1988, carrega consigo reflexões necessárias no contexto atual do país, no qual o exercício profissional da advocacia muitas vezes encontra obstáculos. Não se pode perder de vista que a Constituição brasileira tem forte inspiração na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, promulgada durante a Revolução Francesa. Por essa razão, carrega expressamente princípios como liberdade e igualdade, que constituem o núcleo duro da nossa Carta Magna. Por serem princípios, a liberdade e a igualdade são entendidas como regras fundantes e pressupostos civilizatórios. Sem elas, não se pode conceber

um Estado Democrático de Direito. Por isso, é preocupante quando princípios dessa magnitude começam a ser relativizados e, com isso, outros mandamentos constitucionais também passam a ser ignorados ou enfraquecidos. A advocacia, para cumprir sua missão constitucional, conta com prerrogativas que não são privilégios, mas garantias objetivas do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. Essas garantias são também um compromisso assumido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, ao longo de 95 anos de existência em nível nacional e 92 anos de atuação em Mato Grosso, tem sido firme na defesa das prerrogativas e do respeito à profissão. Aos advogados e advogadas não se impõem apenas direitos. Há uma série de deveres essenciais, como o da honra e dignidade, da independência, da contínua busca por aprimoramento profissional. No entanto, reputo que o dever mais exigente do nosso tempo é justamente o de defender o Estado Democrático de Direito, a Constituição e a garantia

de que nossa atuação precisa se manter forte e unida para não permitir que ataques ou tentativas de enfraquecimento da advocacia se concretizem. O respeito a tudo isso importa em afastar qualquer forma de vilipêndio, ofensa ou ameaça aos direitos dos jurisdicionados. Liberdade, seja de pensamento, de expressão, de ir e vir ou de ter seus direitos respeitados, não é moeda de troca. Não pode ser relativizada. Neste Dia da Advogada e do Advogado, reafirmamos que o respeito à advocacia é essencial para a manutenção da justiça e da democracia. Conclamamos por pacificação social e pela garantia de que nossa atuação continue sendo instrumento de restauração das tutelas desrespeitadas. É com firmeza, serenidade e coragem que a advocacia seguirá cumprindo seu papel histórico e constitucional.

Gisela Cardoso é presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT).



AUDIÊNCIA DA AGER CHEGA A GUARANTÃ DO NORTE PARA OUVIR A POPULAÇÃO SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS

A Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso (Ager-MT) realizará em Guarantã do Norte, no dia 20 de agosto, mais uma etapa do ciclo de audiências públicas de Ouvidoria e Participação Social de 2025.

O encontro tem como objetivo ampliar o diálogo com a população, esclarecer dúvidas e colher sugestões sobre os serviços públicos regulados pela Ager, como transporte intermunicipal de passageiros, rodovias pedagiadas, portos e hidrovias, energia elétrica, gás natural canalizado, ferrovia e saneamento básico.

Ao todo serão realizadas oito audiências em diferentes regiões do Estado. O ciclo já passou por Lucas do Rio Verde, 7 de maio; Primavera do Leste, 14 de maio; Pontes e Lacerda, 4 de junho; e Tangará da Serra, 18 de junho. Depois de Guarantã do Norte, as próximas etapas ocorrerão em Água Boa, 2 de setembro; Confresa, 4 de setembro; e Cuiabá, 1º de outubro.

Para o diretor regulador de Ouvidoria e Saneamento da Ager, Jossy Soares, as audiências pú-



FOTO: DIVULGAÇÃO

blicas são “instrumentos importantes do exercício do poder democrático do povo”.

“Nós vamos ouvir as percepções da sociedade sobre os serviços públicos regulados e fiscalizados pela Agência e prestados pelos concessionários, seja no transporte intermunicipal de passageiros, na energia elétrica ou nas rodovias pedagiadas. Será muito importante ouvir a população e os representantes das operadoras”, afirmou o diretor.

A iniciativa conta com o apoio das ouvidorias municipais, Câmaras de Vereadores e Prefeituras.